

Nota conceptual

Debate virtual “A governança comunitária de florestas nos países de língua portuguesa”



Contents

Contextualização 1

Promotores do debate 3

Cronograma 4

Facilitação..... 4

Propostas de questões 4

Como participar? 5

Referências 5

Contextualização

Após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, foi desenvolvida uma agenda para promover um consenso global para ações que suportem a gestão florestal participativa e sustentável.

Os principais desafios identificados naquela época foram a devolução de autoridade às comunidades florestais, minimizando os conflitos e apoiando novas parcerias entre as

comunidades, os governos e o setor privado para garantir as necessidades da comunidade, a conservação dos recursos florestais e o seu uso sustentável.

Em Janeiro de 2016, a Organização das Nações Unidas apresentou a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que contém uma lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que evidenciam o papel fundamental que a floresta desempenha na realização dos ODS acordados internacionalmente e, na mesma medida, os compromissos assumidos no âmbito o Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas.

Para além de contribuir para a mitigação das alterações climáticas, a proteção dos solos e das águas, as florestas representam mais de 75% da biodiversidade terrestre mundial, fornecendo numerosos recursos que contribuem para o desenvolvimento socioeconómico.

Em particular para centenas de milhões de pessoas nas zonas rurais (FAO, 2014a), com ênfase nas mulheres que vivem em áreas rurais (Banco Mundial, FAO e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, 2009).

As florestas e sua gestão mudaram substancialmente nos últimos 25 anos. Embora globalmente, a extensão das florestas do mundo continue a diminuir à medida que as populações humanas e a procura de alimentos e terras continuam a crescer, a perda foi reduzida em mais de 50% (FAO, 2015).

Em alguns estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o manejo florestal tem levantado questões cruciais relacionadas com a adoção de políticas públicas mais eficazes para lidar com fenómenos como os incêndios (Portugal) ou uso do espaço pelas comunidades locais para a prática agrícola em regime de itinerância (PALOP) e ainda enfrentam enormes esquemas de corrupção associados ao desmantelamento de florestas primárias e corte de essências específicas para a indústria madeireira (Moçambique e Guiné-Bissau), em particular, para o mercado asiático.

Ao longo dos últimos 25 anos, alguns países adotaram modelos descentralizados de manejo florestal que atribuem mais direitos e responsabilidades aos atores locais.

A Academia evidencia esse fato: a segundo PHELPS et al. (2010), a descentralização permite que as partes interessadas redefinam a propriedade florestal, seu uso e gestão, reduzindo custos e aumentando a eficiência.

AGRAWAL e OSTROM (2008) apontam para este fenómeno como "a mudança mais significativa e visível nas políticas ambientais nacionais desde o final da década de 1980".

Em termos estatísticos, as reformas de descentralização florestal consideraram principalmente florestas com baixo valor económico (Agrawal, Chhatre, Hardin, 2008; Ribot, Agrawal, Larson, 2006; Nagendra, 2002).

Uma análise recente de 80 florestas de gestão comunitária, em 10 países, demonstra que a autonomia de regulamentação a nível local está associada a um maior armazenamento de carbono da floresta e maiores benefícios de subsistência (Chhatre e Agrawal, 2009).

Com o objetivo de reduzir as emissões da desflorestação e da degradação florestal nos países em desenvolvimento, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) implementou o programa REDD +, um incentivo no conjunto dos "pagamentos por serviços ambientais" desenvolvidos para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados de reduzir as emissões de gases de efeito estufa do desmatamento e da degradação florestal.

Tem sido possível observar nas últimas décadas uma manifestação variada de modelos de gestão comunitária de florestas (GCF), nomeadamente, a institucionalização da GCF em programas nacionais de desenvolvimento e a emergência de organizações da sociedade civil para representar os interesses da GCF.

Expressão desta tendência a nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o Plano Diretor Florestal da República da Guiné-Bissau que promove a “gestão descentralizada e reforça o princípio das florestas comunitárias” através da elaboração de planos de ordenamento e de gestão das florestas comunitárias e a criação de órgãos de gestão (Guiné-Bissau, 2010).

Também no Brasil o conceito de GCF se encontra plasmado na legislação nacional e consequentemente operacionalizado através do Cadastro Nacional de Florestas Públicas que visa garantir acesso à informação sobre as florestas públicas comunitárias que ocupam cerca de 136 milhões de hectares, gerando recursos e rendimentos para mais de 2 milhões de habitantes (Serviço Florestal Brasileiro, 2016).

De igual forma, e, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a atual proposta de atualização da Lei Florestal de São Tomé (Lei nº 5/2001) recomenda a introdução do conceito de Gestão Comunitária de Floresta e a sua regulamentação.

Promotores do debate

É objetivando a promoção de um **debate virtual**, que confira centralidade a esta temática, que a **Tiniguena – Associação Promoção do Desenvolvimento Participativo na Base e Gestão Durável dos Recursos Naturais**, em parceria com a **ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento** e com a **Fundação Land Portal**, facilitará uma discussão **aberta aos participantes inscritos no Landportal** (<https://landportal.info/user/register>) que terá como principais **objetivos**:

- Fomentar o debate, intercâmbio de experiências, perspetivas e posições, relativas a políticas públicas de governança comunitária de florestas nos países-membros da REDSAN/ CPLP.;
- Identificar, mobilizar e integrar atores da sociedade civil dos países-membros da REDSAN/ CPLP no subsídio às necessidades de formação e construção de capacidades de intervenção e gestão do parque florestal;
- Sistematizar e publicar um relatório técnico com as principais conclusões do debate, em língua portuguesa.

O diálogo será conduzido em **língua portuguesa**, de forma assíncrona, e os **resultados serão sistematizados também em língua portuguesa**. Serão realizados esforços no sentido de

assegurar a participação de representantes dos países de língua portuguesa que participam da REDSAN-CPLP.

Cronograma

O programa do debate decorrerá de **12 de Novembro a 23 de Dezembro de 2017** (ver cronograma abaixo)

	Novembro			Dezembro		
	12 - 18	19 - 25	26 - 2DEZ	3 - 9	10 - 16	17 - 23
Divulgação do debate e inscrições	X	X				
Debate virtual			X	X		
Sistematização das principais conclusões					X	
Relatório final publicado						X

Facilitação

O debate será facilitado por Miguel de Barros da Tiniguena - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Participativo na Base e Gestão Durável dos Recursos Naturais

Propostas de questões

As/os participantes serão estimulados/as a refletir e partilhar experiências e conhecimentos relativamente às **questões** que se seguem:

- *Quais os requisitos para a implementação de políticas públicas de GCF?*
- *Que modelos de GCF podem ser adotados?*
- *Quais as limitações dos modelos de GCF?*
- *Qual o impacto do programa REDD+ e outros incentivos do género “pagamento por serviços ambientais” na GCF?*
- *Como medir a implementação e impacto das políticas públicas promotoras da GCF?*
- *Que atores deverão ser envolvidos na criação e de políticas públicas de acesso, controle, proteção e conservação dos recursos naturais da floresta nos países-membros da CPLP?*
- *Que políticas públicas devem ser adotadas por forma a facilitar e fomentar a GCF?*



- Qual o papel da CPLP na adoção de políticas públicas para GCF?
- Em que espaços político-institucionais e com que temporalidade poderão ter lugar estes processos?

Como participar?

Clique [aqui](#) para se cadastrar.

O Debate estará aberto para que qualquer pessoa possa seguir on-line a discussão. No entanto, **apenas os participantes registados podem contribuir com comentários e perguntas.**

Durante o período de implementação do Debate, siga a discussão on-line, já que, como participante registado, terá a oportunidade de fazer perguntas e fazer comentários.

Poderá responder a qualquer uma das perguntas do diálogo que lhe interessam, em qualquer momento. Poderá enviar quantas contribuições quiser em cada uma das questões levantadas. Mas, por favor, mantenha as suas contribuições breves - não mais de 500 palavras, cada.

Aguardamos sua inscrição e agradecemos que compartilhe este convite com outros e outras eventuais interessados e interessadas.

Para esclarecer qualquer eventual questão, poderá contactar-nos (Sérgio Pedro) através do email:

geral@redsan-cplp.org

Referências

- Agrawal, A. Chhatre, *Proc. Natl. Acad. Sci. U.S.A.* 106,17667 (2009).
- Agrawal, A. Chhatre, R. Hardin, *Science* 320, 1460 (2008).
- Agrawal, E. Ostrom, in *Decentralization, Forests and Rural Communities: Policy Outcomes in South and Southeast Asia*, E. L. Webb, G. Shivakoti, Eds. (SAGE, New Delhi, 2008), pp. 44–67.
- Chazdon, R., *Science* 320, 1458 (2008).
- FAO - Global Forest Resources Assessment 2015, 2015
- FAO. 2014a. *State of the World's Forests 2014*. Rome (available at www.fao.org/forestry/sofo/en/).
- J. C. Ribot, A. Agrawal, A. M. Larson, *World Dev.* 34, 1864 (2006).
- Nagendra, H., *Environ. Conserv.* 29, 530 (2002).



- Phelps, J. , Webb E. , Agrawal , A. Does REDD+ Threaten to Recentralize Forest Governance? . Science Magazine.Vol. 328. 10 Abril 2010
- República da Guiné-Bissau, Plano Director Florestal Nacional, versão final. Maio de 2010
- República Federativa do Brasil , Florestas comunitárias. 2016. Acessível em : <http://www.florestal.gov.br/florestas-comunitarias>
- Somanathan, E., R. Prabhakar, B. S. Mehta, *Proc. Natl.Acad. Sci. U.S.A.* 106, 4143 (2009).
- World Bank, FAO & International Fund for Agricultural Development. 2009. *Gender in agriculture source book*. Washington, DC (available at <http://siteresources.worldbank.org/INTGENAGRLIVSOUBOOK/Resources/CompleteBook.pdf>).